

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**GREICE ANIE DA SILVA**

**O PAPEL DO GEÓGRAFO NO  
PLANEJAMENTO URBANO: considerações  
sobre a experiência de estágio na Secretaria  
Municipal de Planejamento de Ituiutaba – MG**

ITUIUTABA (MG)  
2021

**GREICE ANIE DA SILVA**

**O PAPEL DO GEÓGRAFO NO  
PLANEJAMENTO URBANO: considerações  
sobre a experiência de estágio na Secretaria  
Municipal de Planejamento de Ituiutaba – MG**

Relatório de estágio supervisionado apresentado ao curso de graduação em Geografia do ICHPO/UFU como requisito fundamental para conclusão de curso.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr Antônio de Oliveira Junior.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

O PAPEL DO GEÓGRAFO NO PLANEJAMENTO URBANO:  
considerações sobre a experiência de estágio na Secretaria Municipal de  
Planejamento de Ituiutaba – MG

Relatório de estágio supervisionado  
apresentado ao curso de graduação em  
Geografia do ICHPO/UFU como  
requisito fundamental para conclusão de  
curso.

Ituiutaba, 21 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Antônio de Oliveira Junior (ICHPO/UFU)

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Vitor Koiti Miyazaki (ICHPO/UFU)

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda (ICHPO/UFU)

## **RESUMO**

O presente Relatório de Estágio constitui o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, deste modo pretende-se abordar as possíveis contribuições do geógrafo para a gestão das políticas urbanas do município de Ituiutaba – MG. Apresentando as percepções vivenciadas durante o período de estágio na Secretária Municipal de Planejamento – SEPLAN, órgão municipal competente pelo desenvolvimento urbano da cidade. Os objetivos consistem em compreender como o profissional geógrafo contribuiria para a gestão de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano e ordenamento territorial e quais as suas contribuições para os trabalhos prestados na SEPLAN. Conclui-se que a capacidade de percepção analítica, multidisciplinar e integradora em três instâncias: político, social e econômico dos geógrafos, seria a principal contribuição destes profissionais para o desenvolvimento de políticas urbanas municipais, enquanto gestor público, e que o conhecimento da legislação urbanística é importante para entender a organicidade administrativa da secretaria e a finalidade dos trabalhos prestados na Secretária Municipal de Planejamento de Ituiutaba – MG.

**Palavras-chave:** Estágio Profissionalizante; Geógrafo; Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano; Gestão Pública Municipal.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
SEÇÃO 1. CONTRIBUIÇÕES DOS GEOGRAFOS PARA A GESTÃO PÚBLICA..	08
SEÇÃO 2. O ESTÁGIO CAMPO.....	13
SEÇÃO 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	20
3.1 Atividades desenvolvidas no Departamento de Planejamento e Projetos Técnicos..	22
3.1.1 Acompanhamento da Seção de Topografia.....	22
3.1.2 Projetos Parque Lago Drummond: elaboração do diagnóstico.....	24
3.2 Atividades desenvolvidas no Departamento de Regulação Urbana.....	25
3.2.1 Acompanhamento da Seção de Fiscalização de Obras Particulares.....	25
3.2.2 Alvará de Posturas.....	27
3.2.3 Arquivamento dos processos de loteamento.....	28
3.3. Entrevista com o geógrafo secretário geral.....	28
SEÇÃO 4. IMPRESSÕES VIVÊNCIADAS.....	30
4.1 Principais contribuições na formação profissional.....	32
4.2 Principais dificuldades encontradas.....	33
SEÇÃO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXO.....	40
APÊNDICE.....	44

## INTRODUÇÃO

Para conclusão do curso de Graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado do Instituto de Ciências Humanas do Pontal – ICHPO, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, o presente Relatório de Estágio constitui o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e tem por finalidade apresentar um relato das atividades desenvolvidas durante o período de experiência no estágio realizado na Secretaria de Municipal de Planejamento (SEPLAN) do município de Ituiutaba-MG.

O estágio foi feito sob supervisão do atual Secretário de Planejamento da SEPLAN e, também, Prof<sup>o</sup>. Dr. do curso de Geografia do ICHPO, Hélio Carlos Miranda de Oliveira, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Antônio de Oliveira Junior. O período de experiência foi concedido ao longo de quatro meses, com início em junho/2021 e término no mês de outubro/2021.

A Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba é um possível o campo de atuação profissional para o bacharel em Geografia, que neste relatório passará a ser denominado de geógrafo.

As atividades desenvolvidas durante o estágio se caracterizaram enquanto resultado do acompanhamento das demandas cotidianas correspondente às competências pertinentes à SEPLAN, desta forma, foi possível conhecer e vivenciar as atividades executadas por todos os departamentos e setores que compõem a secretaria. Durante o período de experiência buscamos compreender qual o papel do geógrafo na SEPLAN e de que forma esse profissional contribuiria para a gestão pública, partindo da estrutura de funcionamento da secretaria e das articulações burocráticas realizadas.

Os anseios pela busca do estágio supervisionado se deram pela identificação pessoal com as disciplinas de temáticas urbanas e ambientais do curso de Geografia, voltadas principalmente, para o Planejamento Urbano, Planejamento Regional e Gestão Ambiental, bem como o desejo de exercer função de geógrafa após a conclusão do curso.

Sendo a busca pela inserção no mercado de trabalho uma das preocupações que cercam os graduandos, principalmente na reta final do curso, o estágio supervisionado revela-se como uma das principais atividades da vida acadêmica que pode proporcionar aos alunos uma maior aproximação do mercado de trabalho. Viabilizando o

aprofundamento em suas áreas de interesse, atestando a qualidade de seu ensino e aprendizado com a prática e qualificando-se por meio da experiência no exercício profissional e social. (PAULA, 2014; ARAÚJO e SANTOS, 2017; PIRES, 2017).

De acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a qual dispõe sobre o estágio de estudantes, o estágio é previsto como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo”, seja o aluno estudante de nível médio ou superior que esteja em seus anos finais de graduação. (BRASIL, 2008).

Portanto a experiência do estágio se faz de suma importância para os bacharelados e licenciados em Geografia, uma vez que, a Ciência Geográfica apresenta um vasto campo de estudos multidisciplinares e as competências profissionais se estendem a estes campos. A atividade de estágio auxiliaria os alunos a se encontrarem e definirem suas áreas de atuação, possibilitando uma melhor inserção no mercado de trabalho, a partir da vivência no ambiente de trabalho e de suas demandas ainda dentro da universidade, com o apoio e respaldo de orientações. Ambicionando uma formação completa. (PAULA, 2014; ARAÚJO e SANTOS, 2017; PIRES, 2017).

O curso de Geografia – ICHPO/UFU proporciona ao graduando dois graus de competência, bacharel e licenciatura. No currículo do curso de Geografia – ICHPO/UFU os estágios em escolas estaduais, federais e municipais se apresentam como obrigatórios, tendo como opcional a realização do estágio não obrigatório externo, concedido por empresas ou instituições governamentais, podendo o mesmo, substituir a produção da monografia para alunos das turmas ingressantes nos anos de 2007 a 2019, mediante realização e defesa de um relatório técnico apresentado e aprovado em banca. (Instituto de Ciências Humanas do Pontal, 2021).

Tendo já efetuado o estágio nas escolas de ensino médio e fundamental, enxerguei na oportunidade da realização do estágio do bacharelado, não obrigatório, uma porta para o crescimento profissional enquanto geógrafa. O estágio possibilitou-me ampliar o campo de visão profissional e (re)conhecer as atividades profissionais às quais somos habilitados perante o mercado de trabalho, também me fez refletir sobre algumas questões tangentes à Geografia relacionadas à inserção destes profissionais no mercado de trabalho, o reconhecimento social da profissão, possíveis contribuições do geógrafo para a gestão pública e as competências técnicas do geógrafo.

O aporte teórico se deu a partir de uma revisão bibliográfica com a busca de artigos científicos, monografias, palestras online, relatório de estágios e livros com abordagem pertinente sobre a importância do estágio supervisionado, o papel do geógrafo na gestão pública e nas secretarias de planejamento, mercado de trabalho para geógrafos, legislação e formação destes profissionais.

O objetivo geral do presente relatório se faz ao tentar compreender qual o papel do geógrafo no planejamento urbano e quais suas contribuições profissionais para o trabalho desenvolvido na SEPLAN.

Em relação à estrutura do relatório, este encontra-se dividido em cinco capítulos, sendo estes: 1. Contribuições dos geógrafos para a gestão pública – relacionando a capacidade da análise integrada dos processos socioespaciais do geógrafo com o trabalho desenvolvido pela gestão pública municipal; 2. O estágio campo – caracterização do órgão concedente do estágio; 3. Atividades desenvolvidas no estágio – apresentação das atividades realizadas; 4. Percepções vivenciadas – apontamentos sobre as contribuições do geógrafo para o trabalho na SEPLAN, importância do estágio para formação acadêmica e dificuldades vivenciadas; 5. Considerações finais o papel do geógrafo no planejamento urbano.



## SEÇÃO 1

### CONTRIBUIÇÕES DO GEÓGRAFO PARA A GESTÃO PÚBLICA

As graduações voltadas para as Ciências Humanas, como a Ecologia, Geografia e a História, permitem a formação de profissionais não especializados, mas, policompetentes, em razão de suas formações voltadas à visão geral dos processos socioespaciais. Através do ensino interdisciplinar, desenvolvem um olhar sistêmico sobre os saberes o que lhes permite a formação de profissionais que consigam, a partir da análise de seus objetos de estudo, conceber a unidade, do que perante saberes fragmentados, é visto desunido. (MORIN, 2003).

Sobre a formação curricular dos cursos de Geografia Pontuschxa, Paganelli e Cacete (2009) concluem que o currículo disciplinar de Geografia deve promover a interação dos saberes, sendo a ciência geográfica “por si só” dependente das inter-relações coexistentes nos saberes científicos e do senso comum. Esse olhar polissêmico para as relações sociais, ambientais, políticas e econômicas espaciais, só se faz possível, a partir da carga teórica presente nas grades curriculares dos cursos de Geografia, permitindo desta maneira a formação de profissionais que desenvolvam redes neurais interdisciplinares, o que facilitaria a compreensão do mundo em sua totalidade.

A interdisciplinaridade seria o método mais correto para se ensinar na contemporaneidade, proporcionando ao aluno maior reconhecimento da complexidade social em que vivemos. O processo de ensino em um mundo pós-industrial e globalizado pede que o aluno entenda e compreenda as relações a partir de uma perspectiva integradora. Nesta perspectiva as escolas e universidades deveriam promover a integração dos conteúdos para a compreensão da realidade, que não é fragmentada, desta forma a interdisciplinaridade auxiliaria no entendimento e compreensão da realidade complexa e contraditória imposta pelo modo capitalista neoliberal em que vivemos. (PONTUSCHXA; PAGANELLI; CACETE, 2009).

Silva (2016) aponta que o papel do geógrafo e o papel da geografia, seria construir perspectivas da visão de mundo. Para a autora, a imagem do mundo é construída, sendo assim, mitológica, mas há uma naturalização desta imagem. A geografia é importante para a desmistificação do mundo, para olhá-lo de perspectivas

diferentes, para sermos críticos. O mundo é uma construção humana – idealizada e naturalizada. (SILVA, 2016).

O caráter inter-poli-trasdisciplinar<sup>1</sup> da ciência geográfica pode ser associado a evolução das correntes de pensamento geográficas que perpassam pelo determinismo, possibilismo, método regional, nova geografia e geografia crítica, os quais resultaram na variabilidade das matrizes metodológicas utilizadas na ciência geográfica, sendo elas: a lógica formal (hipotético dedutivo), a dialética, a fenomenologia e uma “nova” denominada complexidade. A teoria da complexidade<sup>2</sup> trata-se de uma visão interdisciplinar acerca dos sistemas complexos adaptativos, método ainda pouco utilizado e estudado pela Geografia.

Batista (2015); Coutinho (2017) consideram as dicotomias geográficas – Geografia Física x Geografia Humana, urbano x rural, sociedade x natureza, entre outras, como um dos problemas a serem enfrentados pela ciência geográfica, enquanto autores como Nunes (2004); Santos (2006); Signori, Verdum (2009) atribuem a multiplicidade da abrangência disciplinar da ciência como um empecilho para a entrada no mercado de trabalho e reconhecimento social da profissão, tendo o geógrafo que se especializar em uma determinada área do conhecimento para poder concorrer a cargos correlatos a outras graduações que formam profissionais técnicos, direcionados a uma área específica e que também estão subordinados ao Sistema CREA/CONFEA<sup>3</sup>.

A falta de espaço no mercado de trabalho para os profissionais geógrafos estaria associado a desvalorização da profissão perante a sociedade, a qual tem um imaginário limitado da profissão, restringindo-os no campo da licenciatura ou como profissionais que trabalha com mapas ou no Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). (NUNES, 2004; SANTOS, 2006).

Como uma ciência em sua gama de complexidade, que se propõe a estudar as relações socioespaciais contraditórias seria uma ciência fácil de ser compreendida? A

---

<sup>1</sup> Conceito explorado por Edgar Morin no anexo 1 do livro “A cabeça bem-feita”.

<sup>2</sup> O termo é também usado por alguns como sinônimo de epistemologia da complexidade, um ramo da filosofia da ciência inaugurado no início dos anos 1970 por Edgar Morin, Isabelle Stengers e Ilya Prigogine. Para saber mais consultar: “Geografia e complexidade pelas diferenciações areais de Hartshorne”.

<sup>3</sup> O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, instituído juntamente com os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, é a instância superior da fiscalização do exercício das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea. Trata-se de entidade autárquica dotada de personalidade jurídica de direito público, que constitui serviço público federal, com sede e foro na cidade de Brasília-DF e jurisdição em todo o território nacional.

assertiva da ciência geográfica, ao meu ver, está justamente em sua diversidade, em seu empenho metodológico de acompanhar as mudanças históricas da sociedade que se renova e se transforma a cada dia. A geografia se propõe a pensar o espaço geográfico de acordo com as necessidades e realidades vivenciadas, sua evolução metodológica permitiu chegarmos a uma Geografia Crítica, embora não seja uma corrente hegemônica.

Nossas matrizes metodológicas conversam, divergem e estão intrínsecas umas às outras, não devemos atribuir a “crise geográfica” à evolução das correntes de pensamento geográfico que tanto contribuíram para a consolidação da geografia enquanto ciência e profissão. Considerando todas as correntes de pensamento e as diferentes escalas de análise, podemos destacar um ponto em comum que seria o objeto de análise do geógrafo. Em todas as correntes de pensamento o geógrafo se propõe a pensar a sociedade e sua organização espacial.

Para Corrêa (2009), a organização espacial é o reflexo da sociedade, sendo entendida como processo de condição para (re)produção da sociedade capitalista contemporânea, havendo disputas de interesse políticos e econômicos intrínsecos à estruturação da organização social. Para o autor, a sociedade encontra-se organizada estruturalmente, e o Estado é o agente responsável por ditar as orientações da organização social, sendo o centralizador das regulamentações sociais e que se manifesta através de políticas públicas. (CORRÊA, 2009).

A estrutura social é o modo que se constituem as relações econômicas, políticas, jurídicas e até mesmo familiares, também sendo constituída por inúmeros conflitos sociais (de classe, raciais, sexuais, etc.). Silvio Almeida (2019) apresenta que a perspectiva estrutural pode desdobrar-se em dois processos: o processo político – exercido pelo Estado, e o processo histórico – representado pela materialização das relações sociais. (ALMEIDA, 2019).

Isto nos leva a compreensão de dois fatos: o primeiro é de que a espacialização da organização social é materializada nas cidades, desta forma, as cidades apresentam as mesmas características da sociedade, ou seja, as cidades vão expressar os conflitos das lutas de classe, os problemas gerados pela desigualdade social, tornam-se espaços apropriados pelo capital e por interesses político-econômico. O segundo é que, se o Estado irá ditar as orientações e regulamentações sociais, isso será feito a partir da

elaboração de normativas sociais, ou seja, através de legislações. O Estado se manifestará por meio das políticas públicas, para garantir os direitos humanos, urbanos, ambientais e outros assegurados em Constituição. As políticas urbanas, assim como as legislações urbanísticas, serão formuladas para melhoria das condições urbanas vivenciados pelas famílias de baixa renda, como os problemas de saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros. (ROLNIK, 2017, 2018).

No município de Ituiutaba (MG), a gestão pública das políticas urbanas é efetivada pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN). Desta forma, o profissional que ocupa um cargo da gestão pública municipal em uma secretaria de planejamento deve estar apto a planejar, implementar e supervisionar projetos voltados para o desenvolvimento urbano local, identificando possíveis problemas e buscando melhores soluções para utilização do dinheiro público. O planejamento urbano deve ser executado pela gestão pública juntamente com a participação popular.

Sobre como o saber geográfico poderia ajudar na gestão pública, o engenheiro florestal Wendell Andrade de Oliveira – que atualmente trabalha na área de planejamento e avaliação de políticas públicas, financiamento ambiental e na coordenação de projetos estratégicos para o Estado do Amazonas, em uma palestra<sup>4</sup>, apresenta que o geógrafo pode ser considerado como um “médico da sociedade”, em decorrência de seu processo de formação, sendo estes, profissionais que possuem uma visão sistemática e holísticas dos processos. Desta forma a principal contribuição do saber geográfico e, conseqüentemente, dos profissionais geógrafos para a gestão pública estaria justamente na compreensão integradora dos processos espaciais. Sendo um profissional que consegue observar as conexões existentes entre administração pública, sociedades, meio ambiente e mercado. Nos órgãos executivos o geógrafo é determinante para que realmente se compreenda os diferentes problemas sociais urbanos do município, visto que, a política nasce da constatação de um determinado problema social, “uma política pública será tão melhor, quanto melhor eu consigo diagnosticar um problema” (informação verbal)<sup>5</sup>, para que dessa forma as políticas públicas alcancem um determinado objetivo.

---

<sup>4</sup> Palestra de encerramento do Evento: XII Encontro GeoPontal e XI Ciclo de Debates sobre o meio ambiente: meio ambiente e Humanidade o que temos que “re” aprender? Disponível no *YouTube* <https://www.youtube.com/watch?v=3HK1wo8eaQw&t=6696s>.

<sup>5</sup> Fala do engenheiro florestal Wendell A. de Oliveira na palestra de encerramento do evento citado.

O geógrafo qualifica-se como um profissional apto a atuar em diferentes frentes da análise espacial e suas contribuições para a gestão pública estaria ligada a visão sistêmica, articulada e interpretativa do espaço geográfico que o profissional geógrafo pode realizar conjuntamente em diferentes instâncias – social, ambiental, econômico e político, dada as relações Homem/natureza, urbano/meio ambiente. A visão sistêmica articulada e interpretativa, seria um dos principais “trunfos” dos profissionais geógrafos frente aos desafios de se pensar um bom desenvolvimento das cidades e para se pensar o planejamento urbano.

## SEÇÃO 2

### O ESTÁGIO CAMPO

O estágio supervisionado foi realizado junto à Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), sendo as atividades desenvolvidas especificamente na Secretária Municipal de Planejamento (SEPLAN) do município de Ituiutaba (MG).

A SEPLAN é um órgão da administração direta da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG) e tem como função a realização e coordenação do planejamento urbano e da gestão pública, zelando pelo monitoramento e fiscalização das ações e dos serviços públicos prestados tangentes as políticas públicas urbanas desenvolvidas pelo município. Suas atribuições contemplam a organização e a avaliação das atividades políticas, econômicas e burocráticas do planejamento urbano norteadas pelo Plano Diretor Integrado do Município, contribuindo desta forma, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tijucanos.

A SEPLAN está localizada na Avenida treze nº 805, bairro centro, Ituiutaba (MG), suas atribuições e competências são regulamentadas pela Seção VI do Decreto nº 8.608, de 24 de novembro de 2017, o qual dispõe sobre as atribuições legais dos agentes políticos da administração direta do município. Sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Planejamento, o Decreto define,

**Art. 65.** Compõem a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, os seguintes departamentos, seções e setores:

I. Departamento de Planejamento Urbano e Projetos Técnicos;

- a. Seção de Topografia;
- b. Seção de Cadastro Técnico Municipal;
- c. Seção de Regularização Fundiária e Habitação Popular;
- d. Seção de Projetos Técnicos:
  - i. Setor de Desenho.
- e. Seção de Gestão de Convênios.

II. Departamento de Regulação Urbana;

- a. Seção de Fiscalização de Obras Particulares;
- b. Seção de Licenciamento de Obras Particulares;
  - i. Setor de Análise de Projetos Arquitetônicos;
  - ii. Setor de Análise do Parcelamento do Solo.
- c. Seção de Fiscalização de Posturas.

As competências realizadas no âmbito da secretaria estão voltadas para o planejamento urbano do município de Ituiutaba (MG), que juntamente com outras secretarias do município viabilizam as políticas públicas municipais. O objetivo atual da Secretaria de Planejamento, segundo o secretário, está em “tornar a secretaria mais eficiente e planejar sempre as intervenções do espaço urbano na sustentabilidade, acessibilidade e no conforto ambiental para que se tenha uma cidade melhor e ocupação dos espaços públicos”, (informação verbal)<sup>6</sup>.

As instalações da secretaria, esta localiza-se em um edifício onde funcionou um antigo banco central da cidade de Ituiutaba (MG). Desta forma a distribuição do espaço da secretária se dá a partir dessa infraestrutura. As salas dos departamentos e seções foram “improvisadas” utilizando divisórias, no que antes eram grandes pátios do antigo banco.

A infraestrutura física do prédio dispões de dois andares, no piso inferior, como podemos ver na figura 1, encontra-se as seções que necessitam de um contato mais direto com público, desta forma encontramos os balcões de atendimento do Cadastro Técnico Municipal, Licenciamento de Obras Particulares (juntamente com os setores de análise de projetos arquitetônicos e de parcelamento do solo), e o balcão da Fiscalização de Posturas, ainda no piso inferior temos as salas de Cadastro Técnico Municipal, de Regularização Fundiária e Habitação Popular, a sala do diretor dos fiscais e da fiscalização (de Posturas e de Obras Particulares), uma pequena cozinha para as refeições e uma sala de depósito (antigo cofre).

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada com o secretário da SEPLAN, Hélio Carlos Miranda de Oliveira, no dia 30 de setembro de 2021, como atividade de estágio proposta pelas estagiárias, Ana Lucia Gil Moreira e Greice Anie da Silva.

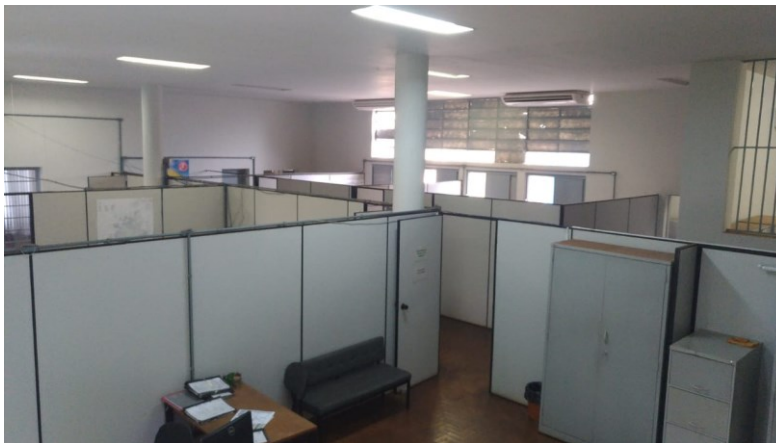
**Figura 1** – Piso inferior, balcão de atendimento ao contribuinte



Fonte: (RIBEIRO, 2021).

No piso superior, como visualizamos na figura 2, encontram-se as salas das seções de Topografia, de Projetos Técnicos e Setor de Desenho, de Gestão de Convênios, juntamente com a sala da diretora do Departamento de Regularização Urbana, a sala da diretora do Departamento de Planejamento Urbano e Projetos Técnicos, e a sala do Secretário de Planejamento e de seus assessores.

**Figura 2:** Piso superior, salas de atendimentos ao contribuinte



Fonte: (RIBEIRO, 2021).

O prédio não possui acessibilidade e o atendimento ao público é realizado de segunda-feira a sexta-feira, das 8 horas da manhã até 17 horas e 30 minutos vespertino, aos sábados e feriados prestam serviços em horários especiais previamente agendados.

Os serviços prestados pela secretaria ao contribuinte estão relacionados à organização urbana da cidade, ao planejamento territorial e a fiscalização das atividades



comerciais e mobiliárias da cidade. Dentre os serviços realizados pela equipe de trabalho da SEPLAN, podemos destacar: a emissão de alvarás de funcionamento e edificação; aprovação de implementação de parklets; concessão para realização de eventos em espaços público e publicidade e propaganda; aprovação de loteamentos; realização de parcelamento do solo; regularização fundiária através do programa “Agora a casa é sua”<sup>7</sup>; concessão de remição de foro; revisão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); retificação de área; validação de desmembramento/unificação de lotes; demarcação de lote; permissão para demolição; efetivação de numeração para imóveis e realização de projetos arquitetônicos gratuitos para famílias de baixa renda.

O período de experiência no estágio nos fez perceber que o conhecimento das legislações municipais e a sua aplicabilidade, se faz necessário para a compreensão da organização administrativa e da finalidade dos serviços prestados na SEPLAN. A estrutura administrativa e gestão municipal das políticas urbanas são organizadas de maneira diferente em cada município, respeitando o preâmbulo da Lei Orgânica municipal aprovado pela Câmara Municipal. A Lei Orgânica do município de Ituiutaba (MG), institui normativas próprias que regulam a vida política e tributária do município, dentre elas podemos destacar, diretivas e atribuições do prefeito, dos vereadores, da administração municipal, das leis complementares, do sistema tributário, do orçamento, da política urbana, da ordem social municipal, entre outras questões administrativas municipal.

Como já mencionado acima, a estrutura administrativa da SEPLAN e as atribuições de cada departamento e seção estão regulamentadas no Decreto nº 8.608, de 24 de novembro de 2017. A partir da organização da estrutura administrativa fica claro o arranjo burocrático dos procedimentos administrativos efetivados na Secretaria Municipal de Planejamento, dado pela fragmentação da estrutura organizacional hierárquica, com cargos bem definidos e fixos. Estando a mesma dividida em dois grandes departamentos distintos, mas, que se complementam e estão sob gestão do secretário. Os serviços prestados tem como finalidade atender e fiscalizar as demandas pertinentes ao desenvolvimento urbano, políticas urbanas, plano diretor e uso e

---

<sup>7</sup>Programa Municipal de regularização fundiária “Agora a casa é sua”, regulamentado por Lei nº 4.795, de 12 de maio de 2021.

ocupação do solo municipal, previamente alinhadas à Lei Orgânica Municipal, estando em conformidade com a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

O presente relatório não pretende fazer um resgate histórico aprofundado da formulação das políticas urbanas brasileiras, mas, evidenciar sua importância para o modelo de gestão e planejamento urbano realizado pelos órgãos público municipais brasileiros, essencialmente na Secretaria de Planejamento Municipal de Ituiutaba (MG), local de realização do estágio.

Fazendo um breve resgate das legislações urbanísticas brasileiras, temos a partir da Constituição Federal de 1988 uma nova ordem legal urbana, voltada para a democratização do acesso às cidades, desta forma, para o desenvolvimento de política urbanas contamos com as seguintes legislações na esfera federal:

- a) Lei de parcelamento do solo (Lei nº 6.766/1979);
- b) Capítulo II – da política urbana (Constituição Federal de 1988);
- c) Lei Federal de Desenvolvimento Urbano – Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001);

Este conjunto de legislações, sancionadas pelo governo federal, irá nortear as políticas urbanas e o planejamento urbano em escala municipal, sendo de competência dos estados e municípios formular leis complementares adequando as normativas federais a realidade estadual e municipal. A legislação complementar municipal deve estar em conformidade com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual. Dentre as normativas urbanísticas sancionadas no município de Ituiutaba (MG), podemos destacar as mais usuais que orientam a execução dos serviços prestados na SEPLAN:

- a) Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 01/1990);
- b) Código de Edificação Municipal (Lei nº 1.262/1968);
- c) Código de Posturas (Lei nº 1.363/1970);
- d) Plano Diretor Integrado do Município (Lei Complementar nº 153/2018);
- e) Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município (Lei nº 4.726/2020)

Devemos lembrar que a política urbana brasileira surge na tentativa de mitigar os problemas sociais urbanos, intensificados pelo rápido crescimento populacional nas cidades. Historicamente vivemos em um país repleto de desigualdades sociais cujos

interesses econômicos e políticos atravessam o desenvolvimento das políticas urbanas, que se encontram relegadas à mercê do grande capital e da financeirização do espaço urbano.

A implementação da elaboração do Plano Diretor como instrumento do planejamento urbano, imposta e regulamentada pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), representa uma importante mudança para o planejamento urbano das cidades brasileiras, uma vez que sua elaboração é pautada pelos princípios da democracia e do acesso à cidade para todos, almejando um ideário de justiça social.

A participação popular é um dos princípios do planejamento urbano, pois o mesmo deveria ser elaborado para mitigar os problemas urbanos agravados com o rápido crescimento dos centros urbanos. A participação popular trás para o debate do planejamento urbano questões tangentes à qualidade de vida urbana, direcionando a gestão municipal ao planejamento participativo, que considere a efetivação de políticas públicas que contribuam para melhoria da mobilidade, segurança, infraestrutura urbana básica e de acesso a cidade. (ROLNIK, 2017).

Nesta perspectiva, é necessário que o planejamento urbano tenha a capacidade de incluir a participação popular, sobretudo a de baixa renda, para a garantia do processo de direito às cidades justas. Cabe ressaltar que as políticas públicas são, necessariamente, destinadas à população de baixa renda, uma vez que, formam um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado, para que se garantam os direitos previstos em Constituição.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 89,96% dos municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes possuem o plano diretor. (BRASIL, 2016). Do ponto de vista quantitativo podemos dizer que obtivemos êxito na implementação do Estatuto da Cidade. Êxito, que pode ser justificado com a obrigatoriedade da realização dos planos diretores, (prevista em lei a elaboração do plano diretor para os municípios com mais de 20 mil habitantes), sendo passível de penalização dos prefeitos (improbidade administrativa), caso o mesmo não fosse elaborado. Do ponto de vista qualitativo, devemos refletir sobre como os planos diretores foram elaborados e como estão sendo aplicados, nota-se uma ausência da participação popular. Uma das diretrizes do plano diretor consiste na gestão democrática da cidade, a população precisa participar do processo de concepção, da elaboração e na

aplicação do planejamento e gestão da cidade. O planejamento urbano não é só um instrumento técnico, ele também é político e econômico. (VILLAÇA, 2018).

O plano diretor também será o documento que apresentará os instrumentos urbanísticos norteadores do planejamento urbano e de qual forma serão aplicados, integrando as questões legais pertinentes à cidade, como o plano de mobilidade, o zoneamento, o código tributário, o código de edificação de obras e o código de posturas municipal.

Tendo isso pressuposto, o trabalho da SEPLAN é intrínseco ao acompanhamento, desenvolvimento e fiscalização das legislações urbanísticas, pois dentro da estrutura da administração pública, é o órgão público municipal responsável por coordenar e traçar estratégias para o planejamento urbano da cidade de Ituiutaba (MG). Durante o período de experiência as legislações citadas acima se fizeram presentes no cumprimento das atividades realizadas, pois fundamentam os serviços prestados na Secretaria.

Durante as atividades realizadas no período de estágio, principalmente a atividade de diagnóstico da Lagoa do Drummond para implementação de um parque popular, relatada na seção 3.1.2 do presente relatório. Podemos notar uma ausência da participação popular no desenvolvimento de projetos de infraestrutura urbana e no planejamento urbano do município de Ituiutaba (MG). Em nenhum momento foi notado a participação popular nas tomadas de decisão para o investimento do dinheiro público e no planejamento urbano municipal. Atualmente as decisões do planejamento urbano no município de Ituiutaba (MG) está restringida aos propósitos pessoais da prefeita, do secretário e dos chefes de departamento da Secretaria Municipal de Planejamento.

## SEÇÃO 3

### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Este capítulo é destinado ao relato das atividades desenvolvidas durante o período de estágio supervisionado na Secretária de Planejamento, ressaltando que as atividades foram desenvolvidas e planejadas em companhia de outra estagiária, Ana Lucia Gil Moreira, colega do curso de graduação em Geografia (ICHPO). As atividades práticas foram realizadas nas dependências da Secretaria e em trabalho de campo, para visitas técnicas aos lugares estudados.

As atividades do estágio foram realizadas sob supervisão da Diretora do Departamento de Regulação Urbana, Waleska Nayara Silva Ribeiro, que nos auxiliou durante todo o estágio, o período de experiência teve início em 21/06/2021 e término programado para 29/10/2021, as atividades descritas nesse relatório correspondem as demandas realizadas até o dia 20/09/2021.

A experiência se deu em todo o ambiente da Secretaria, não sendo acompanhado um departamento ou seção em específico, o objetivo era que pudéssemos conhecer o trabalho realizado por todos os departamentos e suas seções. As atividades eram realizadas de acordo com demandas que apareciam no dia-a-dia da secretaria. Dito isso, para a apresentação das atividades, optou-se pela separação das atividades desenvolvidas dentro dos departamentos da Secretaria Municipal de Planejamento, ignorando a sequência cronológica da realização das atividades.

O Decreto nº 8.608, de 24 de novembro de 2017, delega atribuições e regulamenta as competências da SEPLAN, administrativamente a secretária encontra-se dividida em dois departamentos, o Departamento de Planejamento Urbano e Projetos Técnicos e o Departamento de Regulação Urbana.

O Departamento de Planejamento Urbano e Projetos Técnicos possui um perfil de execução técnica voltado para a parte arquitetônica do planejamento urbano, é composto por cinco seções e um setor administrativo que funcionam articuladamente, (seção de topografia, seção de cadastro técnico municipal, seção de regularização fundiária e habitação popular, seção de projetos técnicos, setor de desenho, e seção de gestão de convênios). Suas atribuições estão voltadas a coordenação, elaboração e

supervisão de projetos técnicos arquitetônicos que contribuam para o desenvolvimento urbano do município, voltadas principalmente às obras a serem edificadas pela administração pública, a partir do desenvolvimento de projetos para o sistema viário, implementação de programas de habitação para famílias de baixa renda. Ademais, atuam na elaboração e edição das normas técnicas urbanísticas municipais.

O Departamento de Regulação Urbana possui um perfil técnico direcionado para a área do urbanismo e do direito no planejamento urbano, a partir da fiscalização e o fazer cumprir as legislações urbanísticas municipais. É composta por três seções e dois setores administrativos que funcionam articuladamente, (seção de fiscalização de obras particulares, seção de licenciamento de obras particulares, setor de análise de projetos arquitetônicos, setor de análise de parcelamento do solo, seção de fiscalização de posturas). Suas competências estão no fazer cumprir a legislação urbanística da cidade, a partir da fiscalização e da promoção ao conhecimento das legislações urbanas municipais, como o zoneamento, o parcelamento, uso e ocupação do solo. Além disso, são responsáveis pela aprovação de novos loteamentos, desmembramento/unificação de lotes, deliberam a emissão de alvarás de licença para obras particulares e alvará de funcionamento, emitindo pareceres sobre os mesmos, e, a partir da fiscalização devem promover o embargo de construções irregulares ou clandestinas existentes na cidade, prezando para o bom ordenamento territorial da cidade.

Os dois departamentos atuam de forma conjunta e articulada, seguindo as orientações norteadoras do Plano Diretor Integrado do Município de Ituiutaba (MG) (Lei Complementar nº 153, de julho de 2018), aprovado pela câmara municipal, zelando para um bom desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para continuidade do planejamento urbano.

Durante a realização das atividades buscou-se observar as possíveis áreas de atuação profissional do geógrafo dentro da secretaria e em quais o saber geográfico seria pertinente para realização dos serviços prestados.

### **3.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS**

O departamento realiza atividades de caráter técnico arquitetônico, estando os serviços prestados, voltados à análise de desenhos e o desenvolvimento de projetos arquitetônicos. Desta forma, para execução das atividades realizadas pela equipe do departamento, os profissionais precisam ser habilitados com os conhecimentos teóricos e técnicos das áreas de engenharia civil e arquitetura e urbanismo. Conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos referentes a obras públicas ligadas à infraestrutura urbana (pavimentação, terraplanagem, esgotamento sanitário, drenagem urbana, aterro sanitário). Também devem promover, por meio da elaboração de projetos, a articulação técnica do sistema de tratamento de efluentes, do sistema viário e de trânsito, e, do sistema de limpeza urbana da cidade. Sendo de sua competência ainda, oferecer suporte e assistência técnica de engenharia à Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos e à Superintendência de Água e Esgoto, para que se faça cumprir as legislações que definem os parâmetros urbanísticos da cidade (Lei nº 4.695/2019), bem como o cumprimento do código de edificação municipal (Lei nº 1.262/1968).

Outro conhecimento necessário seria a fluência na utilização de programas computacionais relacionados ao georreferenciamento para o controle do sistema cartográfico municipal, como o conhecimento do programa *AutoCAD*, principal *software* utilizado no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e cartográficos na secretaria.

#### **3.1.1 ACOMPANHAMENTO DA SEÇÃO DE TOPOGRAFIA**

Os serviços prestados pela seção de topográfica são aqueles orientados para execução de serviços urbanos que requerem demarcação de terrenos, medições de vias públicas e levantamento topográfico, afim de prestar informações ao contribuinte referente a topografia do município e de lotes/loteamentos requeridos.

Como atividade proposta pelo estágio, podemos acompanhar o trabalho desenvolvido pela equipe de topografia, eles trabalham praticamente em campo (na cidade), prestando os trabalhos de análise topográfica dos terrenos e de edificações para

licenciamento de obras, aprovação do habite-se e revisão do IPTU, ou fazendo as demarcações de lote para aprovação dos projetos habitacionais e de loteamentos.

No dia do acompanhamento, foi possível presenciar o cumprimento de duas demandas que necessitavam de trabalho de campo para coleta de dados, a primeira era referente à averiguação de uma denúncia feita sobre invasão de lote, o contribuinte pedia para que fosse feito a demarcação correta dos lotes para que as providências legais pudessem ser aplicadas. Nas figuras 3 e 4 podemos ver o processo de demarcação sendo feito.

**Figuras 3 e 4** – Demarcação de lote no bairro Universitário



Fonte: SILVA, 2021.

A problemática se deu em função das perdas de metragem dos lotes centrais de um quarteirão, em decorrência de uma construção irregular. A construção irregular está situada na esquina do quarteirão, fazendo com que houvessem perdas consecutivas nas metragens dos terrenos subsequentes.

A segunda demanda era pertinente à averiguação da metragem de um lote em construção para aprovação do projeto arquitetônico junto à SEPLAN. As metragens coletadas em campo se mostraram diferentes das metragens presentes no projeto, deste modo o dono do terreno deve pedir a atualização da planta cadastral da casa para estar em conformidade com o real.



### 3.1.2 PROJETO PARQUE LAGOA DO DRUMMOND: elaboração do diagnóstico

Como já exposto à cima, um dos principais trabalhos da SEPLAN seria o de conduzir o planejamento urbano almejando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tijucanos. A qualidade de vida não passa apenas pela saúde, mas pela interação das diversas políticas sociais e do direito à cidade. O planejamento urbano deve promover acesso aos diferentes usos do espaço urbano, como o lazer e a cidadania. Deste modo, iniciativas devem ser criadas para a promoção e urbanização dos espaços públicos de uso coletivo.

Um dos projetos atuais desenvolvidos pela SEPLAN para promoção do lazer à população é a urbanização do Lago do Drummond, localizado entre os bairros Drummond e Drummond 2. O projeto consiste na urbanização do lugar, transformando seu entorno em um parque.

Mapa 1 – Localização da área estudada



Elaboração: MOREIRA; SILVA, 2021.

A elaboração do diagnóstico se deu, primeiramente, a partir do estudo de caso sendo feito um levantamento *online*, para caracterização inicial da área de estudo, utilizou-se a ferramenta *Google Earth* e através da realização do trabalho de campo,

faz-se levantamentos ambientais e sociais da área de estudo, Lagoa do Drummond. O diagnóstico elaborado foi apresentado para a supervisora do estágio e encontra-se no apêndice 1 do presente relatório. Simultaneamente foi realizado um estudo para o levantamento de possíveis atividades que poderiam ser implementadas no parque e possíveis modelos de estruturas para a área de lazer, (apêndice 2), sendo levantado modelos de pista de caminhada, ciclovia, exemplos para prática de esportes, áreas de contemplação da paisagem, lazer em família, exemplos de quiosques para concessão, entre outros exemplares da construção arquitetônica presentes em parques já implementados, que poderiam inspirar o modelo de projeto do Parque da Lagoa do Drummond.

### **3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO URBANA**

Neste departamento são desenvolvidos os serviços competentes à aprovação dos projetos arquitetônicos de loteamentos e o acompanhamento de sua implementação, são responsáveis pela análise de parcelamento do solo, licenciamento de obras particulares e emissão dos alvarás de funcionamento e de alvarás de construção. Também atuam na fiscalização das obras particulares e nas atividades dos comércios para legalização. O conhecimento das habilidades do profissional arquiteto igualmente se faz de grande importância para o departamento, em razão das necessidades pertinentes a aprovação de projetos arquitetônicos que precisam estar condizentes com o zoneamento do uso e ocupação do solo (disposto na Lei nº 4.695/2019), com o código de posturas (Lei nº 1.363/1970) e simultaneamente com o código de edificação do município (Lei nº 1.262/1968), para efetivação dos usos e das atividades em conformidade com o Plano Diretor Integrado (Lei complementar nº 153/2018).

#### **3.2.1 ACOMPANHAMENTO DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**

A equipe da fiscalização, atua no controle do cumprimento das normas técnicas estabelecidas pelo código de edificação. A partir da fiscalização de construções imobiliárias urbanas, seja ela, uma reforma, restauração ou demolição de edificações e

obras civis, podendo promover o embargo de obras irregulares ou clandestinas, atuando os infratores das edificações que se apresentarem ilegais. Também fiscalizam o cumprimento das normativas estabelecidas pelo código de posturas municipal, advertindo o despejo incorreto dos materiais de construção civil em vias públicas (calçadas e ruas), zelando desta forma, pelo cumprimento da legislação urbanística.

No acompanhamento das atividades podemos vivenciar o processo de fiscalização da cidade. Para facilitar o trabalho fiscal, a cidade foi dividida em setores de atuação, ficando cada fiscal responsável pela fiscalização e identificação dos problemas urbanos de um determinado setor da cidade.

Dentre os locais visitados, estão habitações que solicitaram a visita fiscal para obtenção do habite-se, construções que apresentaram o descarte incorreto de materiais de construção civil, (areia, pedregulhos, tijolos, etc.) em vias públicas, sendo os mesmos atuados para regularização dos matérias. Também acompanhamos uma visita fiscal a uma obra pública.

A obra trata-se de uma abertura de canteiro central na Av. 36 a fiscalização foi realizada para atender as reclamações dos moradores quanto a benfeitoria pública.

**Figura 5 e 6** – Abertura do canteiro central na Av. 36 da cidade de Ituiutaba (MG)



Fonte: SILVA, 2021.

Após a visita realizada algumas alterações foram feitas no projeto, atendendo os pedidos dos moradores.

Outra atividade envolvendo a fiscalização foi a tramitação dos processos de solicitação de visita fiscal. O processo de tramitação do documento é feito internamente

para que o contribuinte possa verificar através do *site* da prefeitura municipal o status do processo. Deste modo quando o fiscal recebe em mãos os processos pertinentes a sua região de atuação, ele deve também acusar recebimento pelo sistema e posteriormente dar seu parecer.

### **3.2.2 ALVARÁ DE POSTURAS**

A seção de fiscalização de posturas atua em duas frentes dentro da SEPLAN, a primeira voltada ao atendimento do contribuinte, estando habilitada a emitir os alvarás de funcionamento e liberação da licença prévia de funcionamento para estabelecimentos comerciais, bem como a fiscalização destas atividades comerciais. A segunda voltada a elaboração dos alvarás solicitados pelos contribuintes, cuidam de todos os trâmites processuais pertencentes a emissão do documento do alvará ou licença prévia. Suas atividades estão articuladas com outros departamentos da administração pública, como a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros e a Secretaria do Meio Ambiente, para devida normatização das atividades comerciais presentes na cidade. A seção também fica encarregada de receber as reclamações dos problemas urbanos que possam vir a surgir e encaminha-las a seção de fiscalização. O trabalho prestado é fundamentado pela legislação do código de posturas municipal (Lei nº 1.363/1970) e pelo código tributário municipal (Lei Complementar nº 01/1990).

Para que seja regularizado a licença de funcionamento de uma atividade comercial, os comerciantes precisam apresentar a documentação necessária que comprove o pagamento das tributações urbanas, uma vez que, os serviços comerciais de qualquer natureza são alvos da tributação fiscal do município, também precisam apresentar documentos que comprovem a segurança do estabelecimento, laudo do corpo de bombeiros, presença de extintores, etc. A regulamentação de cada atividade é feita em concordância com as legislações nacionais e estaduais pertinentes a tributação de impostos públicos.

As atividades realizadas nessa seção foram relativas ao arquivamento dos processos de alvará de funcionamento. Os processos são arquivados de modo físico e digital. Primeiro os documentos são atualizados no sistema digital, desenvolvido pela própria seção, e posteriormente são arquivados fisicamente em caixas divididas por ordem alfabética.

### **3.2.3 ARQUIVAMENTO DOS PROCESSOS DE LOTEAMENTO**

Os processos de loteamento devem ser aprovados e regularizados pelo Departamento de Regulação Urbana, sendo o parecer de aprovação dos loteamentos dado pela diretora do departamento. Como atividade proposta pelo estágio, arquivamos os processos de loteamento. No decorrer desta atividade podemos compreender as etapas de aprovação dos loteamentos. Para aprovação do loteamento o loteador deve apresentar o pré-plano urbanístico do empreendimento a SEPLAN para ser analisado, feito a aprovação do plano urbanístico, os projetos complementares referentes à implementação da infraestrutura básica serão analisados, estes também sendo aprovados. Após implementação concluída será feita a fiscalização das obras e será emitido um decreto concebendo legalmente a implementação do loteamento, o decreto é assinado pelo prefeito perante acordo de compromisso e caução devidamente acordados em lei.

A atividade constituiu na organização dos processos de loteamento para arquivamento dos mesmos. A organização foi feita seguindo as seguintes etapas:

- I) Divisão dos processos em três grupos: concluídos, em fase de implementação e em processo de análise;
- II) Anotações das pendências documentais para andamento dos processos que apresentaram pendências;
- III) Separação dos processos por nome dos empreendimentos;
- IV) Confecção de etiquetas para serem coladas nas caixas de arquivamento;
- V) Arquivamento dos processos.

### **3.3 ENTREVISTA COM O SECRETARIO DA SEPLAN**

Buscando entender as contribuições do saber geográfico para a gestão pública na esfera do planejamento urbano, foi realizada uma entrevista com o atual secretário da Secretaria Municipal de Planejamento, Prof<sup>o</sup>. Dr. Hélio Carlos Miranda, docente do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia do ICH/UFU, tendo como área de experiência a Geografia Urbana e Planejamento Urbano. O objetivo da entrevista se fez no entendimento da atuação profissional do geógrafo dentro da secretaria de planejamento e como o mesmo poderia ajudar na resolução dos

problemas cotidianos e no planejamento das políticas urbanas. Considerando as vivências e percepções do entrevistado enquanto professor do curso de Geografia e como secretário da SEPLAN. A entrevista foi realizada como uma das atividades finais do estágio, a partir da mesma, podemos ter uma visão do trabalho integrado realizado pelos departamentos da secretaria de planejamento. A entrevista foi utilizada para embasar alguns questionamentos apontados pelo presente relatório, podendo ser consultada no apêndice 2.

## SEÇÃO 4

### PERCEPÇÕES VIVÊNCIADAS

Para conseguir visualizar quais as competências do geógrafo dentro da SEPLAN de Ituiutaba (MG) e como esse profissional poderia ajudar no desenvolvimento dos serviços prestados, foi necessário entender como a SEPLAN funciona administrativamente, a partir dos departamentos, como as legislações urbanas influenciam nas atividades de prestação de serviço aos munícipes, para então compreender de que forma a atuação profissional do geógrafo pode ser qualificada no mercado de trabalho voltado para o planejamento urbano.

No município de Ituiutaba (MG), a SEPLAN é o órgão municipal competente pelo desenvolvimento das políticas públicas urbanas municipais. Desta forma alguns conhecimentos científicos se fazem necessários para viabilizar o planejamento urbano municipal, os quais sobrepõe os conhecimentos legais via legislações urbanas. Saberes que permitam a realização de um diagnóstico integrado dos aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos da cidade. O profissional responsável por coordenar as ações relativas às políticas urbanas, na cidade de Ituiutaba (MG), é o secretário municipal da SEPLAN, sendo este, também, um agente político que, supostamente, atua para atender os interesses públicos. (VILLAÇA, 2018).

Durante a entrevista com o secretário, ao ser questionado sobre a importância da legislação urbanística, o mesmo diz que, “saber fazer a leitura interpretativa das leis é fundamental no planejamento urbano e o diferencial do geógrafo seria o de saber olhar a lei e transpor ela na realidade ou em um mapa” (informação verbal)<sup>8</sup>. Referindo-se a capacidade do geógrafo de diagnosticar um problema social, a partir de uma análise integradora dos processos sociais, ambientais, políticos e econômicos. Desta forma o geógrafo se apresenta como um profissional apto a exercer as atribuições de um gestor público voltado para o planejamento urbano.

Partindo da experiência adquirida com a rotatividade do acompanhamento dos departamentos da secretaria, podemos constatar que apesar da valorização e do

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada com o secretário da SEPLAN, Hélio Carlos Miranda de Oliveira, no dia 30 de setembro de 2021, como atividade de estágio proposta pelas estagiárias, Ana Lucia Gil Moreira e Greice Anie da Silva.

reconhecimento das competências do profissional geógrafo para atuação no planejamento urbano, o mesmo, não se faz presente nos cargos atuais da secretaria e nem em seu histórico de contratações. Segundo o secretário isso acontece devido ao limite orçamentário e de recursos humanos, “há uma limitação de profissionais dentro da secretaria, é necessário profissional para fazer projetos arquitetônicos, estrutural, cálculo de planilhas para poder investir o dinheiro que chegou no município” (informação verbal)<sup>9</sup>.

Dentro da equipe administrativa da SEPLAN há a presença de quatro profissionais contratados graduados em geografia. Estes encontram-se atuando nos cargos de: assistente na Seção de Topografia; responsável pela Seção de Gestão de Convênios; chefe da Seção de Fiscalização de Obras Particulares; e no cargo de secretário geral. Tirando o cargo de secretário geral, os demais não desempenham funções específicas do geógrafo<sup>10</sup>. Há três formas de vínculo empregatício para contratação na SEPLAN, sendo estas: sob aprovação em concurso público, contratação via contrato de no máximo dois anos, ou em cargos de confiança.

Dos profissionais geógrafos atualmente contratados pela secretaria tem-se um desenvolvendo sua função a partir de sua aprovação em concurso público, de chefe da Seção de Fiscalização – um trabalho técnico regido por lei, e os outros dois efetivados, assistente na Seção de Topografia, contratado não necessariamente por sua formação e a responsável pela Seção de Gestão de Convênios, exercendo um cargo mais administrativo. Apesar de não desenvolverem as competências do geógrafo o secretário pontuou durante a entrevista que,

“Quando você chama essas pessoas, elas conseguem resolver os problemas não só pensando de forma quadrada na solução dos problemas, elas conseguem dar solução que vai para além do que já está pré-formatado para algumas condições, isso é um diferencial dessas pessoas” (informação verbal).<sup>11</sup>

Através da vivência podemos perceber potenciais áreas de atuação profissional do geógrafo dentro da secretaria, pertinentes aos trabalhos de atualização das bases de dados cartográficas do município, a partir da elaboração de mapas temáticos e de

---

<sup>9</sup> Idem p.30.

<sup>10</sup> Ver Resolução nº 1.010/2005 CONFEA.

<sup>11</sup> Idem p.30.



diagnósticos ambientais e sociais que contribuiriam para a análise espacial da cidade, diagnosticando os problemas urbanos e contribuindo para um bom desenvolvimento do planejamento urbano.

A secretaria não possui uma seção específica para a atualização da base cartográfica da cidade, estando esta, desatualizada e os mapas físicos presentes na secretaria não são encontrados no modo virtual, dificultando o acesso a informações cartográficas do município, como afirma o secretário: “na secretaria se faz pouca cartografia, faz mais plantas da cidade e plantas de imóveis” (informação verbal)<sup>12</sup>. A secretaria apresenta um acervo histórico de mapas temáticos físicos bastante diversificada, mas estes, não são armazenados de modo correto justificando o péssimo estado dos materiais que se encontram empoeirados e danificados.

Para além da cartografia o geógrafo caberia dentro da Seção de Cadastro Técnico Municipal, trabalhando com o geoprocessamento, desenvolvendo tecnologias ou utilizando-se das tecnologias para realizar o cadastramento de imóveis, cobrança de IPTU, assim como constatar as ocupações irregulares e o desmatamento na cidade.

#### **4.1 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A realização do estágio na Secretaria de Planejamento Municipal do município de Ituiutaba (MG), colocou-me em contato direto com as discussões acadêmicas e sociais, no que diz respeito aos debates envolvendo as questões do direito à cidade, da luta de classes, a financeirização imobiliária dos centros urbanos, questões que nos fazem pensar, (enquanto graduandos em geografia), em como podemos melhorar a vida das pessoas nas cidades através do saber geográfico e da atuação profissional. Questões pertinentes à Geografia Urbana, Geografia Rural, Planejamento Urbano e Regional, Geoeconomia, Geopolítica, Biogeografia, entre outros saberes correlatos à ciência geográfica e que podem ser utilizados para viabilizar melhorias na gestão pública, quanto a compreensão dos problemas urbanos e qual melhor forma de atuação frente a estas problemáticas.

O estágio supervisionado proposto como atividade de extensão para bacharéis em Geografia contribuiria para a formação profissional do graduando introduzindo-o no

---

<sup>12</sup> Idem p.30.

mercado de trabalho de maneira prática, podendo o mesmo estar inserido em um futuro local de trabalho, permitindo o contato com novas tecnologias e questões vivenciadas profissionalmente que não poderiam ser experimentadas no ambiente acadêmico.

Dada as qualificações e especializações impostas pelo mercado de trabalho capitalista, que busca cada vez mais profissionais técnicos para soluções de problemas nas empresas e órgãos públicos, o geógrafo vem perdendo espaço no mercado de trabalho para outras áreas e profissionais que compartilham de áreas afins, como os engenheiros agrônomos, arquiteto-urbanistas e engenheiros cartógrafos. Ressalto que não cabe a este trabalho desmerecer a profissão de nossos colegas, devemos sobretudo respeitar e aceitar as atribuições dada a cada profissional, mas também nos impor diante nossas qualificações. Porém diante as especializações, o profissional geógrafo é visto em segundo plano tendo o mesmo que se especializar em um determinado ramo para poder, assim, concorrer de igual para igual com outros profissionais. (NUNES, 2004; SANTOS, 2006; SIGNORI, VERDUM, 2009).

Mesmo o geógrafo sendo uma profissão regulamentada pela legislação trabalhista brasileira, sancionada a partir do Decreto Lei nº 13.467 que sanciona a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a inserção ao mercado de trabalho continua sendo uma das preocupações dos Geógrafos. A importância do estágio se faz através da aproximação destes profissionais com o mercado de trabalho, uma vez que, proporciona o contato cotidiano das relações de trabalho existentes na empresa, além de ilustrar seus possíveis campos de atuação profissional.

## **4.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS**

O não acompanhamento de uma seção específica por vezes se tornou um fator limitante das atividades desenvolvidas durante o período de experiência, a falta de um cronograma com atividades pertinentes ao profissional geógrafo, fez com que a maior parte do tempo fosse voltado para a realização de atividades que fossem relacionadas com o arquivamento de documentos e organização de armários. Não tivemos o contato direto com as possíveis áreas de atuação do geógrafo dentro da secretaria, como na elaboração de mapas temáticos, diagnósticos e pareceres analíticos, acompanhamento dos projetos de política urbana desenvolvido na secretaria e o próprio acompanhamento

do secretário geral, o qual é graduado em geografia. As atividades propostas se fizeram dispersas e fragmentadas.

A qualidade e o acesso aos dados também se tornaram uma das dificuldades enfrentadas ao longo do estágio, sendo inviabilizada uma atividade proposta pelas estagiárias. A atividade propunha a realização de um diagnóstico da cidade, o objetivo seria analisar a distribuição espacial dos serviços públicos prestados – educação, saúde, esporte, lazer, áreas verdes, para serem cruzadas com as linhas do transporte público e a partir dos dados fazer uma interpretação do cenário municipal. As solicitações dos dados foram enviadas às secretarias municipais, mas o retorno foi demorado, inviabilizando a atividade no período proposto do estágio. As bases de dados cartográficas do município atualizada também não foi disponibilizada, impedindo qualquer proposta de atualização dos mapas temáticos físicos presentes na secretaria.

Além dos empecilhos enfrentados durante as atividades realizadas, podemos perceber dificuldades enfrentadas dentro da própria secretaria. A principal estaria na desatualização e na qualidade de visualização da Lei nº 1.262/1968 que instituiu o código de edificações municipal. A legislação utilizada não permite que os parâmetros urbanísticos da cidade sofram atualizações necessárias para atender o crescimento da cidade. A desatualização é prejudicial ao trabalho dos fiscais, podendo os mesmos não autuar obras irregulares que fujam das construções indicadas na presentes na lei. A lei encontra-se disponibilizada no *site* da Câmara da Prefeitura Municipal de Ituiutaba (MG), sendo a baixa qualidade referente a digitalização da lei datilografada, dificultando sua leitura.

## SEÇÃO 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho direcionado para o planejamento urbano apresentou-se como uma possível área de destaque para atuação profissional dos geógrafos. No desenvolvimento dos trabalhos prestados dentro da secretaria percebemos que os profissionais arquitetos e engenheiros possuem as técnicas necessárias para execução dos projetos técnicos, estando as contribuições dos geógrafos ligadas ao olhar sistêmico para a síntese dialética presente entre sociedade e natureza diante os projetos elaborados e executados pela equipe da secretaria. A formação de uma equipe multidisciplinar dentro da secretaria de planejamento seria imprescindível para as tomadas de ações do planejamento que atenda os interesses sociais,

“[...] o papel do geógrafo na secretaria de planejamento é justamente de se conseguir fazer uma leitura abrangente da realidade que está posta, pensar para além do lote e da rua, pensar chegando nos processos, isso é um elemento em que a Geografia forma bem os seus alunos. Pensar em planejamento é compor uma equipe em que uma das pessoas tenham a cabeça mais aberta, e essa cabeça mais aberta vai ajudar a pensar a cidade de uma forma que outras não conseguiriam.” (informação verbal)<sup>13</sup>.

O papel do geógrafo no planejamento urbano municipal de Ituiutaba (MG) e na gestão pública seria o de tentar buscar a elaboração de projetos que contribuam para melhoria das condições de vida da sociedade e não a serviço do mercado de capital, “o planejar é um processo deliberatório, cuja decisão não só depende do fazer técnico, mas da vontade político-ideológica”. (LOPES, [200-?], p.3).

A maior dificuldade pessoal no estágio esteve em compreender o papel do geógrafo na SEPLAN. Esta dificuldade pode ser dada ao curto período de estágio, e ao desconhecimento das legislações urbanas.

Uma vez que a sociedade se encontra organizada espacialmente e socialmente, por normativas impostas pelo Estado, (este agindo a partir de políticas públicas) as

---

<sup>13</sup> Idem p.30.

discussões pertinentes à temática seriam fundamentais no currículo do curso de geografia, mas, não estudamos legislações em nossas aulas e tão pouco discutimos a importância das políticas públicas para melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para o profissional geógrafo a extensão de suas atribuições no mercado de trabalho, contemplam os “fazer para se cumprir a lei”, sejam laudos ambientais, pareceres técnicos, funcionários públicos, gestores, etc, as legislações norteiam a atuação profissional do geógrafo no mercado de trabalho. Por essa razão o estudo das legislações e suas aplicabilidades, deveriam ser melhor abordados nas disciplinas do curso de Geografia (ICHPO), proporcionando a perspectiva legal para atuação do geógrafo.

No curto período de estágio, vivenciamos um ambiente totalmente novo – totalmente diferente da universidade. Entramos em contato com as questões burocráticas do serviço administrativo prestado pela SEPLAN, com a abrangência dos serviços prestados, relativos aos serviços urbanos, e a complexidade do processo deliberativo da Secretaria. Compreender estes processos e entender o papel do geógrafo dentro da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, tornaram-se um desafio no curto período de tempo do estágio.

Desta forma, concluímos que o estágio para formação do geógrafo seria essencial para inserção no mercado de trabalho, inserindo o futuro profissional em um possível campo de atuação. Através do estágio pude desenvolver um outro olhar para as questões urbanas municipais, para as legislações urbanísticas e sobre o papel do geógrafo no planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, J. V.; SANTOS, P. P. A formação do profissional em geografia - articulado com estágio supervisionado. In: FERRETTI, Orlando (org.). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II**: primeiro semestre de 2017. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2017/1. Disponível em <http://nepegeo.ufsc.br/artigos-para-a-disciplina-estagio-supervisionado-em-geografia-ii/>

BATISTA, Sinthia Cristina. Mais uma dicotomia geográfica: entre bacharelado e licenciatura...uma falsa questão?. **Geographia Meridionalis**. Pelotas, v. 01, n. 01, p.30-62, jun. 2015, <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/5694>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/5694>. Acesso em 01 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei N. 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 19 dez. 1979.

BRASIL. **Lei N.10.257, de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência de República, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 25 set. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000. 51p.

COUTINHO, Luciano Melo. Por uma Engenharia Geográfica: da técnica na geografia a uma geografia técnica. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, vol. 20, n. 1, p. 38-55, jan./abr. 2018. DOI: 10.19180/1809-2667.v20n12018p38-53. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/9723>. Acesso em 02 ago. 2021.

Encerramento e Roda de conversa: Meio Ambiente, Sustentabilidade e Economia. OLIVEIRA, Wendell Andrade de; VICTOR, José. Ituiutaba: XII Encontro GeoPontal e XI Ciclo de Debates sobre o Meio Ambiente, 08 out. 2021. vídeo (2 horas). Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3HK1wo8eaQw&t=6696s>. Acesso em: 08/10/2021.

ITUIUTABA, **Lei N. 1.262, de 30 de dezembro de 1968**. Institui o Código de Edificações do Município de Ituiutaba e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura de Ituiutaba, 1968.

ITUIUTABA. **Lei Complementar N. 01, de 31 de dezembro de 1990**. Institui o Código Tributário do Município de Ituiutaba. Ituiutaba: Prefeitura de Ituiutaba, 1990.

ITUIUTABA. **Lei Complementar N.153, de 13 de julho de 2018**. Institui a Revisão do Plano Diretor Integrado do Município de Ituiutaba e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura de Ituiutaba, 2018.

ITUIUTABA. **Lei N. 4.726 de 13 de maio de 2020**. Altera a Lei Municipal nº4.697/2019, que institui o Zoneamento do Município de Ituiutaba. Ituiutaba: Prefeitura de Ituiutaba, 2020.

ITUIUTABA. **Lei N.1.363, de 10 de dezembro de 1970**. Institui o Código de Posturas do Município de Ituiutaba e dá outras providências. Ituiutaba: Prefeitura de Ituiutaba, 1970.

LOPES, L. A. . O geógrafo de papel ou o papel do geógrafo? Algumas considerações sobre a atuação do profissional na sociedade. Anais do VIII Encontro Baiano de Geografia , v. Unico, p. 1-10, 2011.

MORIN, Edgar. Anexo 1. Inter-poli-transdisciplinaridade. In: **A cabeça bem-feita**. Repensar a forma, reformar o pensamento. Tradução de Eloá Jacobina. 8.ed., 2003, p. 105-116.

NUNES. Flaviana Gasparotti. A formação profissional para além do mercado de trabalho: notas para um debate. **Geografia**, Londrina, vol. 13, n. 1, p. xxxx jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/notas.pdf>. Acesso em 02 ago. 2021.

PAULA, Bruno Fernandes de. **Geoprocessamento aplicado ao sistema rodoviário**: relatório final do estágio supervisionado realizado na ENGEMAP. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Geografia, Universidade Estadual de

São Paulo, Ourinhos, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/156196>. Acesso em: 01 ago. 2021.

PIRES, Gabriel Antônio Corrêa. **As atribuições do geógrafo na agricultura de precisão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19819>. Acesso em: 01 ago. 2021

PONTUSCHXA, Nídia Mocib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hangle. Para ensinar e aprender Geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 113-170. (Docência em Formação, Ensino Fundamental).

Primeiras aulas | Flávio Villaça. Palestrante: Flávio Villaça. [S. l.]: TV Unesp, 2 nov. 2018. 1 vídeo (39 min 20seg). Palestra. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=96tJQ0I3QDA>. Acesso em: 27 set. 2021.

Primeiras aulas | Raquel Rolnik. Palestrante: Raquel Rolnik. [S. l.]: TV Unesp, 8 nov. 2018. 1 vídeo (52 min 57seg). Palestra. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=rFRQqjizXpg>. Acesso em: 27 set. 2021.

SIGNORI, Leandro César; VERDUM, Roberto. Mercado de trabalho para os geógrafos no serviço público federal. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, vol. 35, p. 133-148, maio, 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37401/24145>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SILVA, Jeane Medeiros. O mundo, uma imagem da realidade. São Paulo: CRV, 2016. p. 23-30.

USP Talks #15: Desafios Urbanos. ROLNIK, Raquel. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 27 set. 2017. Vídeo (15 min.). Live. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/results?search\\_query=desafios+urbanos+raquel](https://www.youtube.com/results?search_query=desafios+urbanos+raquel). Acesso em: 27 set. 2021.

XAVIER, Adriana Bernardes Marcos *et al.* O papel ativo da geografia: um manifesto. Revista Tamoios, Rio de Janeiro, ano II, n. 1, p. 1-6, jan./jun. 2006. Disponível em:  
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/601>. Acesso em 01 ago. 2021.



## **ANEXOS**

**ANEXO 01**

**TERMO DE COMPROMISSO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Pró-Reitoria de Graduação  
Diretoria de Ensino  
Divisão de Formação Discente – Setor de Estágio



**TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO EXTERNO NÃO OBRIGATÓRIO**

CONCEDENTE DE ESTÁGIO		
Razão Social: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA	CNPJ: 18.457.218/0001-35	
<input checked="" type="radio"/> Matriz <input type="radio"/> Filial	Natureza Jurídica: <input checked="" type="radio"/> Pública <input type="radio"/> Privada	Página web/ e-mail: https://ituiutaba.mg.gov.br/
Representante: Hélio Carlos Miranda De Oliveira	CPF: [REDACTED]	
Cargo: Secretário de Planejamento	E-mail: heliocarlos@ufu.br	
Endereço: Avenida 13, n. 805, centro		
Cidade: Ituiutaba	Estado: MG	CEP: 38.300-140

INSTITUIÇÃO DE ENSINO		
Razão Social: Universidade Federal de Uberlândia	Cargo: Pró-reitora de Graduação	
Representante: Kárem Cristina de Sousa Ribeiro	Natura jurídica: Fundação pública criada pelo Decreto-lei nº 762 de 14 de maio de 1969, alterado pela Lei nº 6.592, de 24 de maio de 1978, inscrita no CNPJ sob o nº 25.648.387/0001-18.	
Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121 – Campus Santa Mônica – Bairro Santa Mônica – CEP: 38400-902 – Uberlândia-MG		

ESTAGIÁRIO(A)		
Nome Completo: Greice Anie da Silva	RG: [REDACTED]	Orgão Exp.: [REDACTED]
CPF: [REDACTED]	Data de Nascimento: [REDACTED]	
Endereço: [REDACTED] – Ituiutaba, MG		
Telefone: [REDACTED]	E-mail: greice.anie@hotmail.com	
Curso: Graduação em Geografia	Campus: Pontal	
Matrícula Nº: 21611GEO210	9º Período ou	Ano

DADOS DO ESTÁGIO		
Data de início: 21/06/2021	Data de término:	Carga horária semanal: 20 horas
Bolsa de Complementação Educacional no valor de R\$ 0,00	ou contraprestação de	e auxílio-transporte
Seguro contra acidentes pessoais, sob responsabilidade da Concedente, por meio da apólice nº da Seguradora		

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO	
Nome do(a) Supervisor(a) de estágio: Hélio Carlos Miranda De Oliveira	
Nome do(a) Professor(a) Orientador(a): Antônio de Oliveira Junior	
Descrição das atividades a serem desenvolvidas durante o período do estágio: Acompanhar as atividades realizadas na Secretaria de Planejamento, do Município de Ituiutaba, e de seus departamentos:	
A assinatura deste plano de atividades, pelas partes envolvidas, confirmam o acordo das atividades a serem desenvolvidas com o(a) estagiário(a) acima identificado(a).	
	- Acompanhar, rotativamente, das atividades dos departamentos da Secretaria;
	- Acompanhar reuniões, serviços e outras atividades que acontecem no âmbito da Secretaria;
	- Intear-se quanto a legislação urbana e suas aplicações;
	- Vivenciar as realidades da gestão pública na esfera do planejamento urbano;
	- Acompanhar as demandas (problemáticas) que chegam até a Secreta

Legislação em que se apoia este instrumento: Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Resolução nº 24/2012, do Conselho de Graduação da UFLU.

As partes acima identificadas celebram o presente Termo de Compromisso conforme condições a seguir:

1ª - Durante o período de estágio, o estagiário realizará, dentro do contexto de sua linha de formação, as atividades descritas no Plano de Atividades de Estágio acima.

2ª - O estagiário não terá vínculo empregatício de qualquer natureza com a Concedente de Estágio em razão deste Termo de Compromisso.

3ª - O estagiário não terá direito a benefícios trabalhistas, tais como 13º salário, FGTS e outros, conforme legislação em vigor.

4ª - Se o estágio tiver duração igual ou superior a 1 (um) ano, será assegurado ao estagiário período de recesso de 30 (trinta) dias a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. O recesso será proporcional nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Parágrafo Único - O recesso de que trata esta cláusula deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

5ª - Quando das verificações de aprendizagem periódicas ou finais, o estagiário terá sua carga horária de estágio reduzida pelo menos à metade para garantir seu bom desempenho.

6ª - O estagiário cumprirá horas semanais, sendo o horário do estágio estabelecido de acordo com as conveniências mútuas, ressalvados os horários de aulas, de provas e de outros trabalhos didáticos e consideradas as limitações dos meios de transportes.

7ª - O estagiário se obriga a cumprir fielmente a programação do estágio, salvo na impossibilidade de fazê-lo por motivo de força maior. Nesse caso, a Concedente de Estágio será previamente informada.

8ª - O Supervisor de Estágio deverá apresentar relatório de frequência do estagiário a cada seis meses.

Parágrafo Único - O Supervisor de Estágio declara ter formação ou experiência comprovada na área de atuação do estagiário.

9ª - O Professor Orientador deverá acompanhar e avaliar as atividades do estagiário.

10ª - O estagiário deverá informar de imediato e por escrito à Concedente de Estágio e ao Setor de Estágio qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele a sua matrícula na Universidade, ficando responsável por quaisquer despesas causadas pela ausência dessa informação.

11ª - O estagiário deverá apresentar ao seu Professor Orientador, periodicamente, em prazo não superior a 06 (seis) meses, relatório das atividades que estão sendo realizadas no estágio.

12ª - DA RESCISÃO: O Termo de Compromisso poderá ser rescindido sob as seguintes hipóteses:

a) Comprovada a falta de aproveitamento do estagiário, depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio;

b) A qualquer momento, a pedido do estagiário ou da Concedente manifestado por escrito;

**ESTE DOCUMENTO NÃO SERÁ ACEITO COM RASURA, ILEGÍVEL OU DESCONFIGURADO**

Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bairro Santa Mônica, Campus Santa Mônica, Bloco 3P-Reitoria – CEP: 38.400-902 – Uberlândia-MG  
Telefone:(34) 3291-8984 – E-mail: estagio@prograd.ufu.br





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
Pró-reitoria de Graduação  
Diretoria de Ensino  
Divisão de Formação Discente – Setor de Estágio



c) Em decorrência do descumprimento de qualquer cláusula do convênio ou do Termo de Compromisso;

d) Quando houver trancamento de matrícula, conclusão, abandono ou frequência irregular no curso.

13ª - A Concedente enviará à UFU, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória do estagiário e do Professor Orientador. Também enviará, quando do desligamento do estagiário, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

14ª - Este instrumento poderá ser, eventualmente, alterado por documento complementar, assinado pelas partes, nos casos de prorrogação, mudança de horário, valor da bolsa, local do estágio etc.

15ª - A concedente deverá manifestar por escrito o interesse na prorrogação deste instrumento em até (15) quinze dias antes do vencimento. Se isto não ocorrer, o estágio será rescindido, automaticamente, na data de seu vencimento.

16ª - Os estágios cessarão automaticamente após a conclusão do curso de graduação, não dispensando a apresentação do termo de realização de estágio.

Parágrafo Único - A matrícula em disciplina isolada não gera vínculo com nenhum curso regular desta Instituição.

17ª - Em atenção à Resolução Nº 8/2020, do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, de 08 de agosto de 2020, Art. 3º, §4º, a Concedente de Estágio declara que se compromete a garantir ao(a) estagiário(a) acima relacionado(a), no exercício de suas atividades de estágio, as condições de segurança sanitária necessárias, observando as normativas locais de desenvolvimento do estágio, conforme os protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades da área da saúde.

Fica eleito o Foro da Comarca de Uberlândia para dirimir qualquer questão que se originar deste Termo de Compromisso e que não possa ser resolvido amigavelmente.

E, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, as partes identificadas assinam em 01 (uma) via.

Ituiutaba, 11 June, 2021

\_\_\_\_\_  
**Concedente de Estágio**  
Supervisor(a) de Estágio

\_\_\_\_\_  
**Concedente de Estágio**  
Representante Legal

\_\_\_\_\_  
**Universidade Federal de Uberlândia**  
Professor(a) Orientador(a)  
ou Coordenador de Estágio do Curso

\_\_\_\_\_  
**Universidade Federal de Uberlândia**  
Setor de Estágio/DIREN/PROGRAD  
Representante Legal

\_\_\_\_\_  
**Estagiário(a)**  
ou Responsável pelo(a) estagiário(a) menor de idade

ESTE DOCUMENTO NÃO SERÁ ACEITO COM RASURA, ILEGÍVEL OU DESCONFIGURADO

Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bairro Santa Mônica, Campus Santa Mônica, Bloco 3P-Reitoria – CEP: 38.400-902 – Uberlândia-MG Telefone:(34) 3291-8984 – E-mail: estagio@prograd.ufu.br

**PROGRAD**  
PROGRAD

**DIREN**  
DIREN

**DIFDI**  
DIFDI

2 de 2

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE 01**

### **MATERIAL ATIVIDADE DIAGNÓSTICO DA LAGOA DO DRUMMOND**

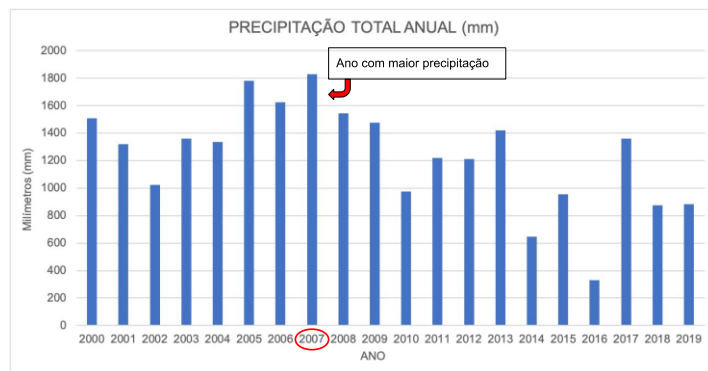
# LAGOA DRUMMOND

Ituiutaba, MG

Ana Lucia Gil Moreira e Greice Anie da Silva  
- estagiárias da SEPLAN

## Dados Pluviométricos

Fonte: Agência Nacional de Águas e saneamento Básico (ANA) – Hidroweb, 2021.



## PERÍMETRO DE CHEIA DO LAGO

- Identificação do ano de maior precipitação → 2007
- Demarcação do perímetro do lago no ano da cheia - Google Earth





## Diagnóstico Local: natural

- BIOGEOGRAFIA
  - Vegetação: Cerradão nas áreas de preservação; Cerrado campo sujo na maior parte da áreas
  - Fauna: peixes no lago, diversos pássaros, pequenos insetos – visíveis
- CONDIÇÕES DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO NATURAL
  - Diagnosticar e considerar a biodiversidade e o ecossistema já existentes
  - Propostas que minimizem os impactos e desequilíbrios destas dinâmicas
  - Valorizar projetos/ideias que busquem ampliar a paisagem natural a ser contemplada: sombra de árvore, gramado para atividades antrópicas

## Diagnóstico Local: social

- FUNÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO
  - Qual a função social que buscamos com os investimentos na área?
  - Atualmente: uso da população para lazer em família/amigos (pesca, bicicleta, caminhada no entorno), contemplação da paisagem (natureza), qualidade de vida visto as condições climáticas proporcionadas por uma área vegetadas (umidade do ar, sombra etc)
- VALORIZAÇÃO DAS PERCEPÇÕES E USOS DA ÁREAS PELA POPULAÇÃO
  - Importância em fazer diagnósticos, entrevistas e conversas com a população sobre as possibilidades de investimentos na área
  - Possibilidade para o desenvolvimento da educação ambiental

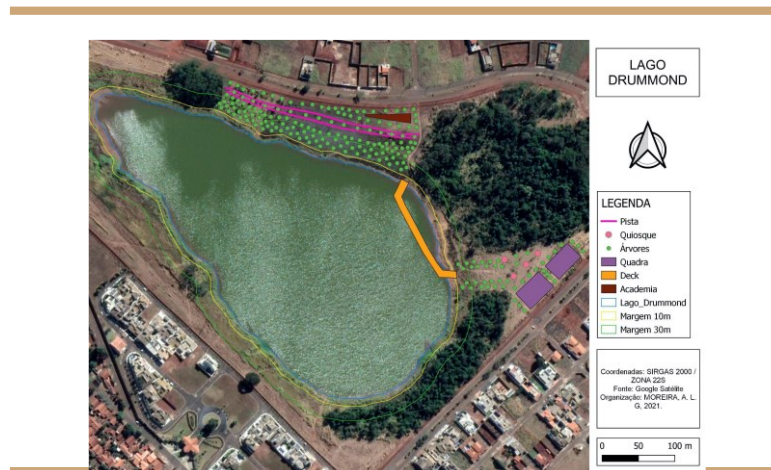
## IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

- O diagnóstico possibilita a garantia da área de lazer, de maneira que esta tenha **efetivo uso social**; criando uma **afetividade paisagística** da população de Ituiutaba-MG com suas áreas verdes
- A afetividade paisagística, assim como a **educação ambiental**, fortalecem laços sociais com as áreas de natureza, de maneira que a cultura do fogo, do desmatamento e da não preservação sejam substituídas pelo conhecimento e experiência diante a aproximação da relações homem-natureza
- O NÃO LUGAR: espaço de desvalorização e não utilização social, que perde seus valores de uso, identidade e substituição das funções sociais por atividades ilegais



## PROPOSTAS: minimalistas e naturais

- Priorizar o reflorestamento/recuperação das áreas de mata;
- Arborizar o entorno do lago, mínimo de 30m para áreas de alagamento (onde não há torres de transmissão) com árvores de copa, frutíferas, cheiros etc
- Investir em áreas com gramados e vegetação de baixo porte nas zonas com as torres de transmissão
- Priorizar gramados e árvores (para sombra) nas áreas abertas ao público
- Incentivar caminhadas e trilhas para bicicletas que não necessitem pavimentação
- Instalação de quiosques (cobertos) para lazer em família/amigos
- Deck para acesso ao lago com vista para o pôr-do-sol e contemplação da paisagem



## RECUPERAÇÃO DA ÁREA

- Bioma Cerrado
  - Fitofisionomia local: mata ciliar? campo (rupestre/sujo/limpo)?
  - Flora predominante:
  - Tipo vegetacionais para **recuperação** e **paisagismo** ???
- Área de recuperação:
  - Zona de afastamento/isolamento Torres de Transmissão (CEMIG)
  - Perímetro: "ponta" do lago (NO) e borda S-SO (próximo ao condomínio)
- 

[https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/permacultura/Manual\\_recuperacao\\_cerrado.pdf](https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/permacultura/Manual_recuperacao_cerrado.pdf)

[https://www.imafiora.org/public/media/biblioteca/CARTILHA%201\\_CERRADO\\_DIGITAL.pdf](https://www.imafiora.org/public/media/biblioteca/CARTILHA%201_CERRADO_DIGITAL.pdf)

<https://www.oejstriangulomg.com/produtos>

## **APÊNDICE 02**

### **MATERIAL ESTUDO DE CASO DA LAGOA DO DRUMMOND**

# ESTUDOS DE CASO

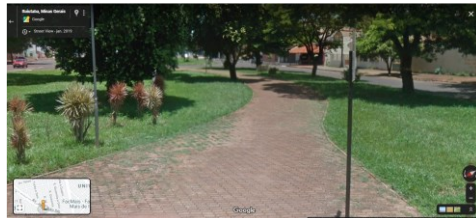
## PROJETO PARQUE LAGOA DRUMMOND

- > PISTA DE CAMINHADA
  - Pistas permeáveis ex: Marginal (padrão da cidade)
- > CICLOVIA/CICLOFAIXA
- > ÁREA PARA PETS
  - recursos para pet (potes de água e alimento coletivo)
  - acesso permitido de pets
- > PARA CONTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM
  - deck na lagoa
- > INSTAMAGRAVÉIS (PARA TIRAR FOTOS)
- > LÚDICOS COM CONTEMPLAÇÃO E USO DA ÁGUA
  - ver aplicabilidade
- > DE DIVERSÃO PARA AS CRIANÇAS
- > DE DESCANSO
- > PARA PRÁTICA DE ESPORTES
  - calçada de caminhada
  - quadra de peteca
  - ciclovia/ciclofaixa
- > LAZER EM FAMÍLIA
  - área de piquenique; quiosques; investir em áreas com sombra de árvore
- > QUE CARACTERIZE A IDENTIDADE CULTURAL DE ITUIUTABA
  - Relógio de Sol

### PISTA DE CAMINHADA



Exemplo: Piso drenante para áreas externas



Exemplo: Calçada permeável na Av. José João Dib (Marginal)

Buscando padrão entre as áreas da cidade

### ÁREA PARA PETS



Conjunto de bebedouros, Largo do Silvério - Potunduva, SP.



## ÁREA PARA PETS



Praça dos Cachorros localizada no bairro Jaqueira, Recife/PE.



## CICLOVIAS/ CICLOFAIXAS



Exemplo: Ciclofaixa na Av. José João Dib (Marginal)

Ciclofaixa nas ruas e avenidas de acesso ao Parque



Exemplo: Parque Villa Lobos, São Paulo

Área para circulação de bicicletas, patins, patinete, skate etc.

## ÁREAS DE CONTEMPLAÇÃO DA PAISAGEM

### DECK EM LAGOS/ LAGOAS

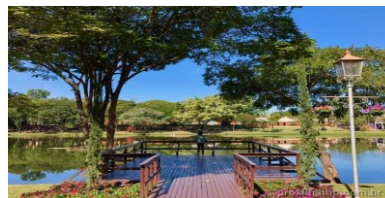


Exemplo: Deck na Lagoa Rodrigo de Freitas - Rio de Janeiro/RJ



Exemplo: Deck na Lagoa do parque do Sabiá - Uberlândia/MG

Exemplo: Deck no Lago Nossa Prainha - Holambra/SP



## PRÁTICA DE ESPORTES



Exemplo: Praça Roosevelt, São Paulo. Áreas destinadas à atividades que ao ar livre como meditação, yoga, dança, ginástica, entre outras.

Priorizar área de sombra



Exemplo: Academia ao Ar Livre (Foto: Valinhos, SP)

Em Ituiutaba: Praça do Junqueira, Bairro Gerson Baduy, Av. José João Dib (Marginal), Bairro Natal, Bairro Satélite Andradina

**ÁREAS DE LAZER EM FAMILIA**



Exemplo: Quiosques com cobertura

Exemplo: Áreas com pergolados para sombras

**Quiosques para Empreendimentos**



**Quiosques para Empreendimentos**



**ÁREAS  
INSTAMAGRÁVEIS:  
para fotos**



Exemplo: Molduras "Noites do Museus" - Porto Alegre, RS

Molduras que dêem foco para a Lagoa do Drummond e/ou outros pontos do Parque

**ÁREAS INSTAMAGRÁVEIS: para fotos**



Exemplo: Painéis grafitados (convidar artistas da cidade).



Exemplo: Painéis grafitados (convidar artistas da cidade).

**IDENTIDADE CULTURAL**

Sugestão: Campanha aberta ao público para escolha de um monumento que presente a cidade.